



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA ADVOCACIA POPULAR,
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025.**

Aos 2º dias do mês de abril, às 19 horas, na modalidade virtual, iniciando às 19:01hs sua gravação, onde aguardamos a entrada e participação dos nobres membros até às 19:15hs, quando deram início as devidas apresentações, esclarecimentos sobre critérios e natureza da comissão, foi novamente realizado uma rodada de apresentação breve dos participantes, diante da inserção de novos membros.

Acessaram a reunião 20 participantes até o início das discussões das pautas. Ato contínuo, iniciaram as discussões referentes às pautas. Inicialmente foram informados os participantes discutidos entre os participantes:

1. Informe inicial sobre as atividades que deveremos produzir na atuação como Comissão; referente às: 1 palestra por semestre e um Congresso por ano, além dos livros e artigos possíveis de produção;
2. Proposta de Calendário de Reuniões;
3. Proposta de pauta Interdisciplinar entre as comissões de Direitos Humanos e Direito Urbanístico, com proposta de criação de atividade de formação de advogados para atuar em casos de litígios envolvendo habitação/moradia e conflitos fundiários e agrários;

Voltando para a atuação exclusiva da atuação da Comissão da Advocacia Popular; foram discutidos os pontos:

4. Datas e horários das reuniões - fixar calendário anual; - ficou acordado entre os participantes por maioria que serão às quartas-feiras, sempre na primeira quarta-feira do mês;

Demandas levantadas pelos participantes:

5. Apoio à luta pelo acesso à justiça para cidadãos mais carentes, promovendo o acesso à justiça, debates sobre isenção de custas judiciais entre outros pontos que limitam o acesso à justiça.
6. Que não se perca a atuação da perspectiva da comissão enquanto articulação de lutas e fluxograma para encaminhamentos de demandas
7. Averiguar possíveis violações de direitos da população de rua em Pindamonhangaba/SP.
8. Roda de Conversa em conjunto com a Defensoria Pública para escuta das comunidades de Monte Cabrão e Vale do Quilombo, com a finalidade de escutar a comunidade sobre as violações de D.H.
9. Atuar diretamente e urgentemente com violações de D.H. da população de rua.
10. Criação de Subgrupos para atuação da comissão.
11. Proposta de palestra sobre a precarização do trabalho;

Ato contínuo foi apresentada a Ata da Reunião interdisciplinar, acerca das tarefas dispostas na ata compartilhada, retirando como encaminhamentos:

12. Realização de uma formação específica voltada à atuação jurídica em casos de desapropriação e reintegração de posse. (obs: realizado pela comissão de DH com apoio da Dir. Urbanístico a formação “atuação da advocacia popular em contexto de reintegração de posse” em 2024).
13. Convidar movimentos de moradia para conhecerem o GT e ouvir suas necessidades, abrir diálogo sobre a atuação da OAB enquanto observadora institucional de proteção de direitos e resguardo (não se confundindo com representação processual).
14. Verificar o status do GAORP. Assento institucional.

Não foram distribuídas tarefas específicas para cada membro, mas as demandas levantadas serão analisadas e priorizadas de acordo com a necessidade.

Voltando à atuação exclusiva da Comissão:

15. Palestra no primeiro semestre; - Proposta pela Presidenta da Comissão em Junho: O que é a Advocacia Popular? Palestra em Junho - Efetuada pelos participantes da Comissão, presencial em São Paulo.;
16. As reuniões serão gravadas e nas próximas poderão ter palestras e ou debates incluídos na pauta, como sugestão criar um calendário para tal com os membros realizando essas palestras/debates;

Encerrou-se a reunião às 21:00 horas.

Presidente - Adelaide Albergaria Pereira Gomes

Comissão da Advocacia Popular